

País

Brasília de Todos os Santos

Na capital do País, o poder, cada vez mais, tem sotaque e tempero da Bahia

CARLOS RANGEL

"Estou defendendo o erário. Não pago e vou recorrer até a última instância". Com esta frase, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, 70 anos, passou a dominar o noticiário, desde terça-feira, 27, desafiando a Justiça, e negando aumento a servidores. "Estou agindo em

defesa do interesse público". Ao se recusar a pagar 11,98% de reajuste salarial a 10 mil servidores do Legislativo, ACM se rebelava contra a decisão da 18ª Vara Federal de São Paulo. Mais uma vez estava atraindo a fúria e a paixão de muitos. Com ele é assim mesmo: ou se ama ou se odeia para sempre. Nunca se esquece. Ele está pouco se lixando que desagrade a A ou B, pelo me-

nos é o que diz. Mas a indignação era grande no decorrer da semana finda, em que ACM dominava o noticiário do Correio Braziliense ou do Jornal de Brasília, espalhando seu nome pelo resto do País. E, na crista da onda, prosseguia com outras medidas apreciadas no Senado, que exigiram até a presença do ministro Pelé em seu gabinete, para a lei que leva seu nome.

Nos corredores se cochilava (?), outros cantarolavam babinho no banheiro: "Faz parte do meu show". ACM, da mesma maneira que Leonel Brizola, acha que a estrela é ele, o artista principal da companhia e que o show só começa quando ele chega. São anos de janela - meio século de vida pública.

Mas não era só o reajuste reivindicado pelos funcionários - e autorizado pela Justiça em dezembro de 1997 -, repondo perdas salariais tidas a partir de março de 1994, que punha o senador como alvo da mídia.

Com a ausência de FHC - na Suíça - nem o ministro das Comunicações numa coletiva para 200 repórteres, falando do "efeito Serjão" após o fechamento da bolsa, tirou ACM das primeiras páginas, com duas decisões importantes.

Primeira retirando, no Senado, do texto da reforma administrativa o artigo que mantinha a aposentadoria especial dos juizes. ACM esteve com a corda toda. De terça para quinta, detonava uma crise com a Câmara, que ameaçava também mudar a reforma da Previdência.

Guerra é guerra

O tirofêto era para todo o lado, com uma segunda decisão do Senado acabando com a isonomia entre os servidores militares e civis. O Governo deve ter respirado aliviado. Com FHC entrevistado em cadeia para Dallas, ouviu em todo mundo pela poderosa CNN, com dire to a conceder agora reajustes salariais diferenciados para as duas categorias.

Antônio Carlos Magalhães chegou em determinado momento da semana a reduzir Hillary, mulher de Bill Clinton, a seis linhas de primeira página no "Correio Braziliense", mesmo defendendo um veremência o marido, envolvido em escândalo sexual. ACM não deixou para ninguém: assunto dele se resolve no Supremo.

Alem de nocautear a Câmara, mostava o seu poder como presidente do Senado e tava, mais uma vez, exibição explícita de liderança pessoal. O mínimo que sedizia dele era que tinha levado ao ápice o presidencialismo para o Poder Legislativo.

A melhor história, que se contava neste final de semana em Brasília era que a Imprensa nunca mais será o que se convencionou chamar de o Quarto Poder. É ele, ACM, o verdadeiro todopoderoso, lá no Senado, ou mandando flechas de sua residência na Península dos Ministros, no Lago Sul.

Além de ter acabado com enxudoso e soturno estilo senatorial, cultivado tão a gosto desde o Império, ou com o jaquetão de quatro botões à maneira de Sarney, que começou a reforma para virar na Casa, Antonio Carlos Magalhães demonstrava que ele talvez seja o Quinto Poder.

É a glória

Entre goles de cerveja, no Eron Brasília Hotel, personagem de prestígio informava que há três poderes de fato: o Executivo, o Judiciário, o Legislativo. O primeiro "executiva" e o terceiro seria a verdade, o poder executor, com ACM, que perde por contar essa velha piada para alegar os longos fins de semana do Distrito Federal.

Mas, seja lá como for, ACM tem todos as razões para se sentir orgulhoso da semana que terminou: oito matérias foram aprovadas em plenário no decorrer da semana.

Em suma, desde o início da cominação extraordinária do Congresso Nacional, instalada solememente no dia 6 de janeiro, o plenário do Senado realizou 17 sessões, tendo aprovado 27 das 29 matérias apreciadas. É a glória para ACM, mais uma vez, que conta nesta entrevista exclusiva no Jornal do Comercio o que ve e ainda por aí.

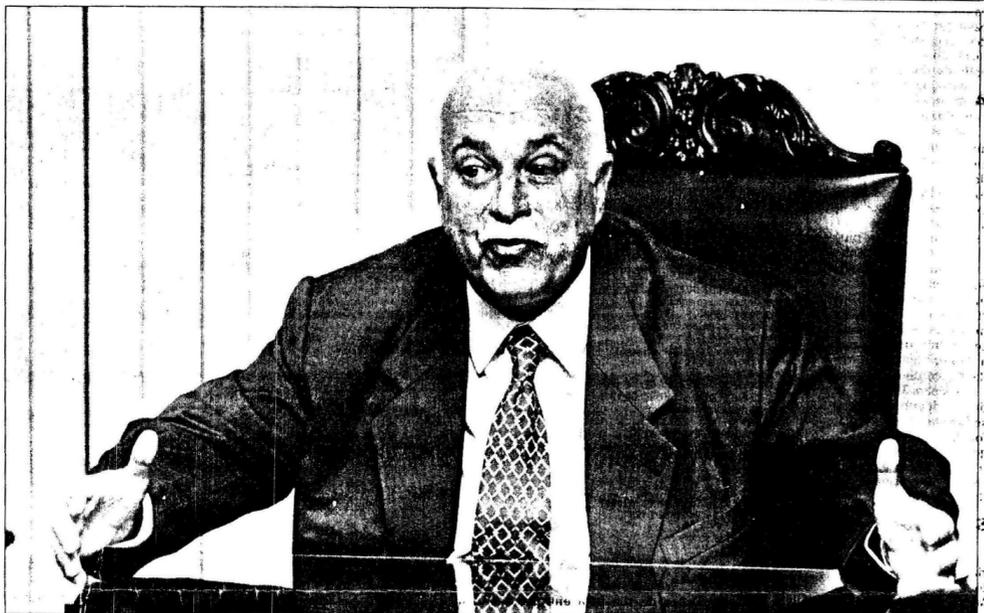
O encontro no gabinete (quando fala de reeleição e crise)

Antônio Carlos Magalhães está chegando do almoço e manda entrar o repórter do Jornal do Comercio, quebrando uma agenda rígida a que se impõe todos os dias a partir das 13h30m.

Foi uma semana estafante, sob o assédio dos jornais que fizeram dele o homem da semana. Chega em companhia de Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado. Mostra-se preocupado, mas não altera o tom de voz.

"Não posso negar que os meus colegas estão trabalhando intensamente e hoje o Senado da República tem uma posição muito boa na opinião pública, tendo em vista o trabalho realizado. E esta convocação extraordinária vem confirmar o trabalho do ano passado, quando as matérias mais importantes foram votadas. E algumas delas estavam há dezenas de anos paralisadas no Congresso. Isso é importante observar."

"O povo", acrescentou, "viu a transformação e essa transformação é indispensável para a credibilidade do Senado. E, quando digo credibilidade do Senado, estou me referindo também à credibilidade dos senadores. Hoje, confesso, estamos com um ritmo de trabalho excepcional e isso facilita a nossa jornada em realizar aquelas coisas indispensáveis para o andamento do Brasil, inclusive votando as reformas."



O polêmico senador Antonio Carlos Magalhães, do epicentro do furacão, prevê uma semana de "chumbo grosso" no Congresso Nacional

A reeleição

O sr. acha possível a reeleição do presidente Fernando Henrique?

"Eu acho que o presidente Fernando Henrique vai ser reeleito. Primeiro, pelas suas qualidades pessoais. E, em segundo lugar, porque seus adversários não estão, evidentemente, no momento à altura de enfrentar a situação de crise internacional e até mesmo os problemas internos. Eles não têm capacidade e nunca demonstraram aptidão para resolver os problemas do Brasil, especialmente os internos."

Então, fica uma eleição fácil para Fernando Henrique na medida em que ele se distancia de seus competidores. Ademais, quando ele perde alguns pontos, por qualquer falha natural de seu Governo, seus competidores não incorporam o que ele perde. Daí, em pouco tempo, (FHC) se recupera e tudo volta para ele novamente. Observe o seu sucesso nas pesquisas, onde nunca ficou abaixo de seus adversários."

Acho, portanto, que a reeleição de Fernando Henrique será boa para o Brasil, e, conseqüentemente, a opinião pública está certa quando o indica já como candidato (vitorioso)."

Turbulências

Mas, a situação não está boa, há algo no ar. O que afinal está acontecendo com o Brasil?

"O Brasil se preparou - antes não estava preparado -, em novembro do ano passado, para os problemas e crises financeiras internacionais, como esta crise que nós importamos da Ásia. Hoje, os choques que acontecerem na Ásia já serão muito menores em relação à economia brasileira. É verdade, o Brasil não estava preparado. Aquele pacote que o Congresso Nacional aprovou, com muita presteza por sugestão do presidente Fernando Henrique, dá condições ao Brasil de enfrentar essas crises financeiras."

A situação portanto é mais tranquila, o que não significa que esteja afastada a hipótese de alguma turbulência. Qualquer país menos desenvolvido tem essa turbulência. Hoje, no mundo, só quem não vive essa turbulência são os Estados Unidos."

Um novo Senado

ACM faz uma pausa. Dá instruções para que os deputados lá fora aguardem mais um pouco, e diz "tenho de dar bom exemplo aos meus colegas."

"Não posso negar que os meus colegas estão trabalhando intensamente e hoje o Senado da República tem uma posição muito boa na opinião pública, tendo em vista o trabalho realizado. E esta convocação extraordinária vem confirmar o trabalho do ano passado, quando as matérias mais importantes foram votadas. E algumas delas estavam há dezenas de anos paralisadas no Congresso. Isso é importante observar."

"O povo", acrescentou, "viu a transformação e essa transformação é indispensável para a credibilidade do Senado. E, quando digo credibilidade do Senado, estou me referindo também à credibilidade dos senadores. Hoje, confesso, estamos com um ritmo de trabalho excepcional e isso facilita a nossa jornada em realizar aquelas coisas indispensáveis para o andamento do Brasil, inclusive votando as reformas."

bilidade dos senadores. Hoje, confesso, estamos com um ritmo de trabalho excepcional e isso facilita a nossa jornada em realizar aquelas coisas indispensáveis para o andamento do Brasil, inclusive votando as reformas."

O que se espera

Pergunto ao presidente do Senado o que vai acontecer nesta semana que começa e porque está tão preocupado, depois da jornada exaustiva que parecia não esfriar mesmo no final da quinta-feira. Ele responde:

"Não, não há nada de preocupação. Nós vamos esgotar até o final da convocação extraordinária toda a pauta, menos o Plano de Saúde, que vai ser mais estudado do que tem sido até agora pela Comissão de Assuntos Sociais. Neste sentido, nós vamos ouvir os segmentos a favor e contrários ao Plano de Saúde para aprová-lo ou rejeitá-lo, criando no máximo até 15 de abril alguma medida necessária em relação a que se crie um Plano de Saúde que o Brasil não pode deixar de ter."

"Agora - note bem -, quanto a todas as matérias nós vamos votar. Já votamos matérias importantíssimas, entre outras o contrato temporário de trabalho etc. A cada dia nós votamos três a quatro matérias importantes."

"Vamos votar o tema lavagem de dinheiro, que foi aprovado hoje (quinta-feira) na Comissão de Assuntos Econômicos. Vamos votar também (apreciar) a quebra do sigilo bancário, pelas normas mais corretas."

Ele explica que na pauta prevista para os próximos dias estão mais 25 projetos de grande importância para o País, além da Reforma Administrativa. "São isso torna o Senado ainda mais credenciado pela opinião pública", frisa.

"É bom noticiar que nos dias 9 e 10 de fevereiro nós vamos votar a Reforma Administrativa. Voltaremos em primeiro turno e como em segundo turno não se pode mudar o mito (só se pode mexer na redação), as coisas ficam mais fáceis. Em março, a Reforma Administrativa já estará votada no Congresso. Já votada a Câmara, passa pelo Senado e, conseqüentemente, promulgada a emenda à Reforma Administrativa."

ACM lembra também que o Senado nos últimos dias aprovou a Lei de Software. Trata-se de um projeto que garante o direito de proteção à autoria de programas de computador (software). O assunto volta à Câmara. A rotação à propriedade intelectual de software conforme o projeto aprovado, é a conferida pela legislação de direitos autorais vigente às obras literárias."

ACM é detalhista e lembra que, na semana passada, o plenário aprovou uma proposta especial para os militares. Com a mudança os integrantes das Forças Armadas, das polícias militares e dos corpos de bombeiros serão de-incluídos dos servidores civis, podendo, inclusive, ter reajustes de salários diferenciados."

Ele está prevendo ainda a votação, neste período extraordinário da Lei Pelé, cuja tramitação está sendo acelerada com a reunião das Comissões de Educação, Assuntos e Constituição e Cidadania. Pelé esteve ali em seu gabinete quarta-feira. Para ACM, a Lei Pelé será votada a convocação, em-

bora tenha alguns problemas. "Mas, eu acho que ficar sem lei é pior do que votá-la com algum erro."

De amenidades e livros

Lanço sobre sua mesa o livro "Política é Paixão", da Editora Revan, que conta quem é Antônio Carlos Magalhães (já em quinta edição, da autoria dos jornalistas Ancelmo Góis, Marcelo Pontes, Maurício Dias, Miriam Leitão e Rui Xavier).

Pergunto se gostou, se daria a alguém de presente. Ele faz um semblante de quem diz nem, sim nem não e, muito ágil, com letra bem talhada, faz uma dedicatória afetiva a Tartarotti (Ibágor, presidente do Jornal do Comercio, "velho, companheiro do tucano Odorico").

O repórter fica sem entender a dedicatória, mas se sente autorizado a reproduzir as partes mais cruéis da obra sobre quem se costuma, às vezes, designar de Tominho Malva-deza.

- Confesso - acrescenta ACM - que gosto de leituras amenas. Mas sou forçado agora a estar atento, de olho vivo em documentos oficiais, obras especializadas. O último livro que li foi o do Cony (Carlos Heitor, cronista do Jornal do Comercio). Me foi dedicado. É realmente uma obra que o credencia ainda mais na literatura nacional. Quando ele fez "Quase Memória", eu estava certo de que não faria algo melhor e, incrível, agora vem com outro ainda melhor."

A entrevista ainda não acabou. A comissão de parlamentares que estava na agenda mostra-se impaciente. ACM pede ao experiente diretor de comunicação social, jornalista Fernando César Mesquita (que assessorou Sarney também na Presidência do Senado), que faça uma súmula do que aconteceu na agitada semana que passou.

"Depois, voltamos a falar", diz. A saída de seu gabinete há um corredor, vejo um restaurante que atravesso sem ser importunado, abro uma porta e deparo com o plenário vazio àquela hora.

É uma Casa que emociona - os jornalistas têm assento à direita e o busto de Rui Barbosa mudou de posição, agora está no alto da mesa da Presidência junto a um crucifixo.

Lembranças amargas

Lembro que ACM foi o primeiro presidente a permitir que as funcionárias compareçam de calças compridas. Ali se trabalha agora de fato e busca-se manter o decoro. Andei procurando a esmo uma obra famosa de Décio Villares (de 1919), sob o título "A Dama da República".

Ninguém me mostrou também aquela famosa cadeira entalhada em madeira de lei, originária do Palácio Monroe, lá no Rio, demolido de forma idônea para dar lugar ao metrô.

Não sei bem, mas acho que foi aqui nesta sala que o então presidente do Congresso, senador Auro Moura Andrade, declarou - após convocar o Congresso - que estava vaga a Presidência da República. Era 1º de abril de 1964.

Em meados de 92, houve o memorável movimento contra a corrupção e a impunidade. Era aquela multidão diante do Congresso.

CONTINUA NA PÁGINA SEQUINTE

À ESPERA de ACM para o 2º round

CONCLUSÃO DA PÁGINA ANTERIOR

Enquanto aguardo o presidente Antonio Carlos para uma possível segunda etapa da entrevista, deparo com o jornalista Joaquim Campello (co-autor do Dicionário do Aurélio), garantia de quem se propuser a escrever um discurso ou projeto sem erros de português. Ele trabalha no gabinete de ACM, chegou com Sarney a Brasília, exausto de refazer as falhas que nós, repórteres, cometemos.

Manda que eu leia um texto de Machado de Assis, que em 1860 era repórter credenciado junto ao Senado pelo Diário do Rio. Estou aflito porque no gabinete de ACM não se pode fumar - o senador tem horror a tabagistas.

Antes de ler o texto de Machado, trazido por Campello, lembro-me do arquiteto Oscar Niemeyer, que citava citava Beaudelaire: "A beleza tem de criar espanto". Não estou falando daquela senhora, mas do impacto visual que ainda nos causa o prédio do Congresso Nacional, o cartão-postal de Brasília. Os motoristas de táxi chamam o Senado de "chapeleira".

Afinal, Machado de Assis

Em crônica publicada há exatamente 100 anos, Machado de Assis conta que "a vitalidade dava aquela Casa uma consciência de duração perpétua, que parecia ler-se no rosto e no trato de seus membros. Tinham um ar de família, que se dispersava durante a estação calmosa para ir às águas e outras diversões, e que se reunia depois, anos e anos."

"Alguns não tornavam mais, e outros novos apareciam; mas também nas famílias se morre e se nasce", acrescenta Machado. "Dissentiam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar; parece até que é a melhor prova de estar dentro da humanidade."

Já então se evocavam contra a vitalidade do Senado os princípios liberais como se fizera antes. Algumas vozes vibrantes cá fora calavam-se lá dentro, é certo, mas o germe da reforma não ficava, os programas e o acolhimento, e como em vários outros casos, os sucessos o fizeram lei" conclui Machado, setorista do velho Senado.

Senado, um palco iluminado

Para conhecer o Senado por dentro seria preciso entrevistar Agaciel Maia, diretor-geral do Senado, e o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, que está sempre ao lado de ACM e ninguém identifica nas fotos. A Casa tem 81 senadores, e chamam Raimundo de o nº 82, tal a gama de informações sobre as regras a serem cumpridas. E não são poucas as questões de ordem.

O Senado tem 37 ex-governadores, oito ex-ministros de Estado e um ex-presidente da República, José Sarney. É, sem dúvida hoje, um grande fórum de debates, que cresceu muito.

"Até a própria TV, do ponto de vista de cenário, fez do Senado um palco iluminado", diz outro funcionário que pede para não ser identificado. "Aqui, era um pouco soturno", acrescenta, afastando-se.

Piñheiro Chagas em 1955 dizia que a Casa reúne Filhos desavindos numa comunidade de vontades (...) Brasil popular, branco e crioulo, sem discriminação e sem artifícios. Era um Brasil nacional, em sua opinião, além dos partidos e das facções. Brasil de todos, Brasil de ninguém."

Para Afonso Arinos era "a Câmara onde o grupo que opta, que orienta e que se impõe em determinadas situações políticas; a cúpula do Poder Legislativo; o florão mais alto das instituições da República Federativa do Brasil".

Em busca de um perfil

De plantão no Senado, em busca de um perfil atualizado de ACM - agora, deve-se chamá-lo de presidente -, fica-se sabendo que é enérgico, sabe o que quer, exige por demais e cobra de cada um a tarefa que pediu.

O que tem de dizer, ele diz, sabe mandar e exercer o poder. Não admite qualquer arrastão à sua autoridade. E o faz desde que assumiu a presidência do Senado em



ACM encontra-se com o Pelé em seu gabinete para debater a lei que leva o nome do ministro de fevereiro do ano passado. Sempre foi assim.

Ele acha que passou a possibilidade de um dia ostentar a faixa presidencial, mas está apostando na possibilidade de o filho Luis Eduardo subir um dia a escadaria do Palácio do Planalto. O jovem vem numa carreira vertiginosa, mas antes terá de passar pela governança da Bahia.

Eles se parecem, na afetividade pelo menos, mas ACM tem pela política uma paixão arrebatadora e, depois, gosta do confronto, acima de tudo. O pai, aos 70 anos, ainda é um impulsivo, de reações imediatas, rancoros que o tempo nem sempre apagou. É o seu jeito, um estilo. Amigo para todas as horas e um adversário que se deve temer para sempre.

Em meio século de vida pública, obteve grandes postos: três mandatos de deputado federal, prefeito de Salvador, ministro de Estado e, incrível, com ajuda de seus oixás foi por três vezes governador.

De política e paixão

Antonio Carlos Peixoto de Magalhães nasceu em Salvador, no dia 4 de setembro de 1927, filho de Helena Celestino de Magalhães e Francisco Peixoto de Magalhães Neto.

Quando criança, acompanhava com interesse as atividades políticas do pai, professor catedrático de medicina e poeta, deputado constituinte de 1934.

Adolescente, participava das manifestações de rua pela entrada do Brasil na II Guerra mundial.

No Ginásio da Bahia, iniciou-se na política estudantil, disputando e vencendo sua primeira eleição, para a Presidência do Centro Acadêmico.

Por influência do pai, cursou a Faculdade de Medicina, onde diplomou-se, embora na época já fosse jornalista profissional.

Por quatro anos, foi redator de debates da Assembléia Legislativa da Bahia, cargo que deixou para assumir uma cadeira de deputado estadual, eleito em 1954 pela União Democrática Nacional (UDN).

Quatro anos depois, em 1958, elegeu-se deputado federal pelo mesmo partido, reelegendo-se nas eleições de 1962 e de 1966.

No dia 13 de janeiro de 1967, licenciou-se da Câmara para assumir o cargo de prefeito de Salvador, nomeado pelo governador Luiz Viana.

Em administração na Prefeitura, com grandes obras de modernização da cidade,



O repórter Carlos Rangel e o senador Antonio Carlos Magalhães